

Capítulo

10

Ética e pesquisa em Cibercultura: reflexões sobre o tema

Rachel Capucho Colacique (UNIRIO),
Joelma Fabiane Ferreira Almeida (IFPA)

Objetivo do Capítulo

Este capítulo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões acerca da problemática da ética em pesquisa, no contexto dos dados que circulam na internet, sobretudo aqueles produzidos no âmbito das redes sociais. Ao final da leitura deste capítulo, você deve ser capaz de:

- Compreender a importância e complexidade das questões que permeiam o tema ética em pesquisa com dados no contexto da Cibercultura;
- Refletir sobre os conceitos de público, privado, anonimato e autoria, bem como sua relação com os dados produzidos em pesquisa;
- Planejar e conduzir a análise ética de uma pesquisa no contexto dos conteúdos que circulam na internet.

Era uma vez... duas pesquisadoras em Cibercultura que se viram diante do desafio de pensar o contexto da produção e análise de dados nas redes sociais da internet, encarando a reflexão sobre a ética das pesquisas para além da mera regulamentação legal ou do cumprimento de regras únicas para todas as pesquisas. Lidar com seres humanos é lidar com normas, mas é também lidar com contradições e com o caos, próprios da realidade e do ser. Compreender o mundo, as pessoas e a nós mesmos, nos conduz a caminhos que nem sempre cabem em normas éticas pré-estabelecidas. É preciso ter o cuidado para não mascarar a realidade a fim de atender uma determinada regulamentação para parecer ético. Bem como é crucial que se tenha clareza dos limites, para que não se infrinja quaisquer fronteiras do que é correto, justo e aceitável do ponto de vista da pesquisa com seres humanos. Garantir o anonimato de uma postagem, ou atribuir a autoria de quem o fez? Utilizar uma imagem baseada em “prints” de tela, garante o direito de captura daquele instante? Essas e outras questões se colocam para nós. Assim, conscientes de que as normas não devem ser ignoradas, mas também do quanto as normas ainda não contemplam algumas das muitas diversidades envolvidas no fazer científico, sobretudo no que diz respeito às pesquisas em Educação e as produções cotidianas no contexto da Cibercultura, apresentamos neste texto algumas das nossas reflexões.

1 Introdução: aspectos éticos em pesquisa

O conceito de Ética envolve, do ponto de vista da Filosofia, a reflexão sobre os conjuntos de valores morais e atitudes ideais na convivência humana. Para Fiorentini e Lorenzato (2009, p. 195) o foco da reflexão ética está centrado no respeito “à dignidade humana, o respeito mútuo, sobre a solidariedade, o diálogo (para superar desavenças ou conflitos), a justiça social e, sobretudo, sobre as consequências das ações humanas”.

Quando falamos em Ética na Pesquisa, de um modo geral, pensamos nos caminhos pelos quais a investigação científica pode passar, sem violar essas prerrogativas. Garantindo não só os direitos individuais e coletivos dos envolvidos, mas também aspectos como “o respeito e bem-estar dos participantes, à preservação da identidade das pessoas envolvidas, aos usos e abusos das informações e citações de outros autores, à fidedignidade das informações, às implicações sociais e políticas da pesquisa” (FIORENTINI, LORENZATO, 2009, p. 196).

Visando assegurar o respeito a esses direitos, foram instituídas normativas para os procedimentos de pesquisa com seres humanos, balizados pela legislação e alguns documentos internacionais. Embora essa regulação seja importante e necessária, temos enfrentados vários desafios.

No Brasil, espera-se que as pesquisas científicas estejam em conformidade com as Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução CNS n.º 466/2012. As pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente, devem estar em conformidade com a Resolução CNS n.º 510/2016, “cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana”.

Cada vez mais revistas e eventos científicos exigem que os artigos submetidos informem o número de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (institucional ou nacional), que são vinculados ao Conselho Nacional de Saúde e regidos pela Resolução CNS n.º 466-12. Assim, ainda que existam CEP nas diferentes instituições de ensino e pesquisa do país, toda submissão de projeto de pesquisa deve passar pelo cadastro, acompanhamento e análise estabelecidos por este conselho. Desde 2012, todo registro de pesquisas com seres humanos acontece numa base nacional e unificada: a Plataforma Brasil.

Submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética pela Plataforma Brasil

Neste texto não abordaremos informações sobre Comitê de Ética em Pesquisa ou sobre o registro na Plataforma Brasil. Caso tenha interesse em aprofundar os estudos nessa temática, recomendamos a leitura do capítulo 7 do livro 1 desta mesma coleção, onde a autora Cátia de Azevedo Fronza (UNISINOS), apresenta detalhadamente o procedimento necessário para a “Submissão de projeto de pesquisa ao Comitê de Ética: da Plataforma Brasil ao Parecer Consubstanciado.”

Na área de Educação, o debate sobre a questão ética é vigente e tem sido frequente nos mais importantes eventos da área, a exemplo das reuniões da ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Uma situação que tem aquecido os debates e reflexões acerca da ética em pesquisas nas áreas humanas e sociais é exatamente esse caráter de registro e acompanhamento. Os motivos são diversos e variam de acordo com a especificidade de cada programa ou estudo em desenvolvimento.

Pereira (2015, p. 54) pondera que “não há um único modo de fazer ciência – e talvez esta afirmação bastasse para se entender que não há um único modo de pensar a ética no fazer científico”. Dos diálogos com estas assertivas, destacamos a necessidade de uma reflexão e posicionamento crítico das comunidades acadêmicas e do próprio pesquisador em relação ao cenário de diversidade dos estudos que envolvem os seres humanos e suas formações.

Ao pensarmos em uma pesquisa com medicamentos, por exemplo, talvez pareça evidente que isso terá implicações – boas ou ruins – no organismo do sujeito em questão. Mas quando faço uma intervenção em sala de aula, ou comentários em posts da internet, talvez não seja tão evidente a relação ética ou conflituosa que possa se estabelecer naquele momento. No caso das pesquisas nos ambientes virtuais, quando salvamos imagens ou textos, e os replicamos por meio das nossas publicações, nem sempre podemos prever os impactos que poderão ser gerados.

Fato que se pode perceber com a repercussão de determinados memes ou os chamados “virais” da internet. Cada usuário relata um impacto diferente decorrente da situação inesperada. Há quem fique feliz com a fama repentina, há quem desenvolva quadros ansiosos ou depressivos, há ainda os que passam a encarar a perseguição cibernética por meio dos *haters* – os odiadores atuantes na internet – que podem gerar consequências devastadoras para aqueles que vivenciam esse tipo de situação. Assim, deve ser constante a reflexão que se exige do pesquisador, para perguntas do tipo: Que impactos poderei gerar a partir dessa minha ação? Para que e como minha pesquisa será desenvolvida e apresentada? De que forma farei a divulgação dos achados?

É consensual entre importantes cientistas e grupos de pesquisas a ideia de que em pesquisas – sejam educacionais ou de outras vertentes – não há neutralidade do pesquisador. Não há uma isenção, um distanciamento da realidade, não porque não se queira isso, mas por ser impossível essa separação. Eu vejo o mundo a partir de uma perspectiva que já é própria, é minha, e assim, já é atravessada por minhas vivências, minhas leituras de mundo, mesmo que eu não tenha clareza, ou consciência, ou intencionalidade, meus resultados já terão a marca indelével da digital da minha existência em relação ao objeto pesquisado. E que, portanto, reflexões críticas como essas são não só necessárias, como denotam uma postura ética e engajada do pesquisador, que permite um maior respaldo para suas escolhas metodológicas, mas sobretudo, reforça o compromisso com o bem-estar dos participantes envolvidos na pesquisa.

Diante dessa pluralidade de temas, fenômenos, epistemologias e métodos de estudos possíveis, entendemos que as pesquisas são complexas e dinâmicas, geralmente envolvendo diversos sujeitos e, portanto, impossível prever todos as situações que

permeiam as questões éticas que poderão ser enfrentadas pelo pesquisador. Sobre isso, Fiorentini e Lorenzato (2009, p.204) afirmam que:

Embora possa existir uma deontologia que defina normas e princípios éticos a serem seguidos, sempre é possível encontrar situações ou casos que não são contemplados por essa deontologia. Esses casos exigirão do pesquisador reflexão e a assunção de uma consciência ética que se pautará não só pelo permitido e pelo legítimo, mas, sobretudo, por princípios humano-políticos mais amplos.

Chama-se atenção, assim, para uma dimensão mais política da ética e, portanto, mais humana. A ética que nos convida a perspectivas múltiplas, comprometida com a dignidade humana, o respeito mútuo, a formação de cidadania, justiça social e da ciência a serviço da vida coletiva. E na prática, com preocupações sobre o direito dos participantes da pesquisa, os cuidados com a preservação de identidades, com a fidedignidade de informações e as formas como a pesquisa poderá afetar a vida dos envolvidos.

Desse modo, é necessária a compreensão de que as considerações éticas de uma pesquisa precisam estar em sintonia com as peculiaridades do contexto e do tempo em que acontecem. Seria ingênuo e arriscado acreditar que as considerações éticas de hoje são as mesmas de épocas passadas ou serão as mesmas daqui a 20 anos, por exemplo. Corroboramos a afirmação de Fiorentini e Lorenzato (2009, p. 2) para quem “isso acontece porque os valores e costumes são produzidos historicamente e acompanham os movimentos sociais e culturais da humanidade”.

Ao afirmarmos essa complexidade, não queremos dizer que as diretrizes éticas existentes para as pesquisas com humanos devam ser ignoradas. Pelo contrário, chamamos à atenção do quanto as normas ainda não contemplam algumas das muitas diversidades envolvidas no fazer científico, sobretudo no que diz respeito às pesquisas em Informática na Educação.

Acreditamos que também seja papel da ciência a problematização de si mesma e o prezar pela diversidade epistemológica. Nosso alerta é para a necessidade de criação e constante discussão de normas mais específicas e em sintonia com as pesquisas humanas e sociais, tendo ciência da incompletude e assumindo “a alteridade como experiência vital” no fazer pesquisa, como afirma Pereira (2015, p. 56-57), para quem a ética deve ser pensada e problematizada como uma construção social, além de mera normativa prescritiva, e que nos convida a uma Ética Responsiva:

O conceito de responsividade nos oferece uma possibilidade outra para pensar a ética no âmbito das relações entre o sujeito e a norma [...] se a ética – enquanto postura no mundo social – sai do fluxo do debate, ela corre o risco de se tornar instrumental, esvaziando-se do sentido de verdade que só a assinatura pode conferir. O que torna ético o pensar, portanto, é a singularidade com que o sujeito produz uma teoria, se filia

a ela ou a ela se contrapõe. A ética, pois, não está na teoria em si, mas no ato de pensá-la, de torná-la singular, de assiná-la. Assinar uma teoria significa tornar-se singularmente seu autor.

É essa autoria, essa ética autoral, que procuramos apresentar neste texto, refletindo os caminhos pelos quais percorremos em nossa pesquisa, no contexto da Informática na Educação.

2 O contexto fluido da pesquisa em Informática na Educação

Zygmunt Bauman (1925-2017) já traçou brilhantemente a definição para as características de liquidez e volatilidade do contexto em que vivemos. Seja nos diferentes ambientes da vida cotidiana, ou nas redes sociais da internet, essas características se apresentam em nossas vivências. O contexto sociotécnico, potencializado pelo digital em rede, é marcado por uma dinamicidade e fluidez de informações, conteúdos, fotos, vídeos e compartilhamentos, como nunca se viu em qualquer outro tempo.

Nessa aceleração constante, surgem a cada instante novas modinhas, novos memes, um *trending topics* em cada esquina. Mobilidade e ubiquidade testemunham uma junção já inseparável entre o “real” e o “virtual”, um amálgama da vida presente. Na velocidade de um clique, vislumbramos um prenúncio de guerra entre potências bélicas, o desconcertante discurso no Twitter que quase causou um incidente diplomático, assistimos – atônitos – a derrubadas de líderes políticos, e até mesmo o placar aterrorizante de um avanço pandêmico em tempo real.

Para o pesquisador da Cibercultura, velocidade não é “luxo”, é item primordial para não “perder o bonde” como se dizia no popular. O olhar atento precisa acompanhar as nuances daquilo que se forma quase que instantaneamente. Na maioria das vezes, não é possível prever o que será um fenômeno da cibercultura, até que ele já o seja. Esse diálogo constante com o campo, exige uma sensibilidade para as questões éticas que norteiam as pesquisas nesse contexto. Porque, talvez, aquele fenômeno já terá se desfeito no dia seguinte.

E as perguntas que ficam é: posso compartilhar? Quem é “dono” dessa postagem? Posso identificar o autor? Posso garantir que o autor é ele mesmo, e não um perfil *fake* qualquer? Essa informação é digna de vir à público em minha pesquisa? É uma informação relevante, ou apenas efemeridade de uma rede social?

Ora, você piscou o olho e aquela postagem já se foi, na velocidade de uma atualização da *timeline*. O que fazer? Como fazer? O que a ética me diz sobre as pesquisas em contexto de Informática na Educação e Cibercultura?

Afinal, como afirma Santos (2019, p.30), esse é um contexto original e inovador, e são exatamente estas características que “vêm ao longo dos últimos anos instigando pesquisadores, num contexto científico interdisciplinar, e praticantes

culturais ao estudo e vivências sobre e com a cibercultura”.

Portanto, em nossa implicação com os estudos sobre educação e cibercultura, o campo não é entendido somente como “o lugar onde dados são coletados”. Ele é o cotidiano da pesquisa e precisa ser vivenciado pelo pesquisador, que por sua vez deve buscar formas de apreender a realidade a que se propõe estudar. É nele que são criadas as ambiências formativas nas quais encontramos e interagimos com os participantes da pesquisa e com o próprio campo, na busca pela compreensão dos fenômenos em “pleno voo”. Dessa forma, “o campo é nosso próprio tema de pesquisa e por isso estamos em campo o tempo todo” (SPINK et.al., 2014, p.108).

2.1 O público e o privado nas redes sociais da internet

Imersos o tempo todo no campo, como pesquisadores da/na/com a Cibercultura, vivenciamos essa problemática emergente (e urgente): as questões éticas envolvendo dados na Internet, que se fundamentam principalmente nos conceitos de público e privado na rede. Esses conceitos nos são caros, sobretudo, porque atravessam leis como as de “direitos autorais” ou de “propriedade intelectual”. Afinal, quem detém o direito autoral de um meme, por exemplo?

Uma vez viralizado, apropriado e ressignificado por inúmeros autores sem nome na internet, o que define a propriedade de um conteúdo? De uma imagem? O que é legal e o que é ético, se misturam, se inter cruzam, e o limiar fica anuviado, muitas vezes quase indetectável.

Sobre essa questão do público e do privado nas redes, Sibilía (2016) faz um importante destaque sobre o quanto o conceito de intimidade vem sofrendo modificações ao longo desses últimos anos. Para a autora, as mutações sofridas nos conceitos de público, íntimo e privado, nos levaram ao que hoje se pode nomear como “extimidade” – uma certa exposição intencional daquilo que seria íntimo em outros tempos e contextos – alimentada pela possibilidade de contato permanente que os usuários das redes sociais experimentam, seduzidos por essa comunicabilidade exacerbada, num permanente “espetáculo de si”. Nas palavras da autora:

Assim, a consistência das paredes que costumavam delimitar o espaço doméstico se viu impugnada de modos impensados, mas cada vez mais contundentes, graças à proliferação das redes informáticas que desconhecem qualquer limite – não só espacial, mas também temporal – e seduzem os usuários com suas possibilidades de contato permanente. A estratégia é sutil e complexa, porém, já que não implica a derrubada total dos muros nem a fusão das duas esferas outrora excludentes. O que está ocorrendo é bem mais complicado e, por isso, merece ser analisado com muito cuidado. Por um lado, as velhas paredes – com essa teimosia analógica que ainda as constitui – se deixam infiltrar pelas ubíquas redes digitais e, em decorrência disso, acabam perdendo a antiquada eficácia do confinamento burguês [...] tais como a escola e a prisão, inclusive o cinema e o museu. Em todos

eles, os rígidos muros eram fundamentais na divisão do espaço de dentro e o de fora, definindo funções e atitudes bem diferentes para os sujeitos que por eles circulavam (SIBILIA, 2016, p. 138).

Sobre isso, Amaral, Natal e Viana (2008) enfatizam a importância de se discutir até onde as informações contidas nos sites são públicas ou privadas, e o que é, ou não, de uso consensual no ciberespaço. Como solução a esse dilema, inspiradas nos pressupostos netnográficos, as autoras propõem a identificação do pesquisador e trazem a seguinte reflexão:

A netnografia [é] uma metodologia que se utiliza da captura de informações interativas vindas de pessoas reais, não apenas de informações textuais passadas por uma edição. Assim, o caminho eticamente recomendável, é que o pesquisador se identifique e identifique o interesse de sua pesquisa, pedindo as permissões necessárias para o uso das informações obtidas em postagens e em conversas com os participantes das comunidades e fóruns. Além da garantia de confidencialidade e anonimato aos informantes, tratando-os por pseudônimos e não por seus nomes de usuário, incorporando na pesquisa as respostas e feedbacks vindas dos participantes ativos das comunidades (p. 38).

A solução apontada pelas autoras seria razoável, não fossem alguns impedimentos que se colocam, às vezes, no contexto da pesquisa no campo da cibercultura. Imagine você, que vá utilizar uma postagem no Twitter feita pelo presidente dos Estados Unidos, por exemplo. Mesmo que o pesquisador se apresente, e peça autorização para uso da postagem, ele provavelmente jamais receberá uma resposta.

Ou nem indo tão longe, mas imaginando uma situação em que um usuário de uma rede social publique um texto de alto valor para sua pesquisa, e que esse usuário autorize a utilização do texto, manter o anonimato é ético nesse caso? Ou estaríamos privando aquele internauta de seu direito de propriedade do que foi postado?

Não é tão simples definir quando – ou como – vamos destacar a autoria, a propriedade, manter o anonimato ou embaçar uma imagem. Todas essas são questões complexas. E que talvez tenham que ser respondidas individualmente, a cada postagem captada para a pesquisa, num constante exercício de ética autoral.

As pesquisas com os cotidianos, (CERTEAU, 2009; ALVES, 2008; FERRAÇO, 2007) têm nos ensinado sobre a importância de reconhecermos, na potência dos saberes comuns, pulsantes nas ações cotidianas dos praticantes culturais, a premissa de que os “sujeitos” participantes da pesquisa não são meros informantes, mas são criadores de sentidos que nos permitem compreender o fenômeno em estudo.

Ora, nesse sentido, como oferecer anonimato para quem é o cerne da pesquisa? Parece que estamos a roubar o direito daquele indivíduo ter sua criação, autoria,

reconhecida e identificada, como forma de valorização desse importante papel e contribuição. Esse tema nos causou grande inquietação, como pesquisadores do cotidiano, pois o conceito de autoria do praticante nos é de primordial importância, pois esses nossos interlocutores são entendidos como ‘personagens conceituais’. Ou seja, “figuras, argumentos ou artefatos que entram como o outro – aquele com quem se ‘conversa’ e que permanece presente por muito tempo para que possamos acumular as ideias necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, nas pesquisas que desenvolvemos” (ALVES, 2010, p. 1203).

Em nossas pesquisas, temos atuado no sentido de garantir a visibilidade que o indivíduo tem, por direito, às suas ideias, práticas e narrativas. Como, então, negar a esse indivíduo – também autor, com quem dialogamos e construímos conhecimento todo o tempo – um rosto ou um nome? Como nos permitir ocultar a autoria dos agentes participantes dessa pesquisa? Ou como considerar previamente que há o desejo de ser conhecido abertamente na pesquisa? Como conciliar a confidencialidade ao direito de ser parte integrante e interagente?

A resposta aparentemente óbvia a essas perguntas seria consultar os próprios participantes da pesquisa, pedindo-lhes autorização para uso de suas postagens na Internet, ou perguntando-lhes se gostariam de ser identificados ou não, e de que modo. No entanto, em se tratando da rede mundial de computadores, a solicitação de autorização para pesquisa não é tarefa das mais simples.

Vejamos, por exemplo, o caso do perfil @deaf.russia no Instagram, cujas postagens fazem parte do *corpus* da pesquisa de doutorado aqui mencionada, e são fundamentais para a investigação da tese que objetivava pensar as questões da visualidade para os surdos.

Esse perfil é administrado por surdos russos, como o próprio nome já indica, cujo idioma não é do domínio da pesquisadora, nem na modalidade oral, nem escrito, nem sinalizado. Com mais de 40 mil seguidores, toda possibilidade de “interação” com eles foi feita por meio de likes, apenas. A solicitação de autorização para pesquisa, nesse caso, parecia-nos inviável, como também desnecessária, uma vez que a página é pública e as postagens são feitas com a intenção de serem vistas por muitos internautas.

Por outro lado, acompanhamos também postagens de indivíduos em seus perfis pessoais, aos quais a solicitação de autorização foi feita, pois além de ter acesso direto a eles, suas postagens não são pressupostamente públicas, pelo contrário, muitas vezes eram direcionadas apenas a contatos amigos.

Embora pareça redundante, utilizamos o termo “perfis pessoais” para nos referirmos ao espaço onde os participantes retratam seus próprios cotidianos – e, não necessariamente, gostariam de ter determinadas postagens divulgadas – em oposição às páginas e perfis com conteúdo supostamente público, que têm como pressuposto ser visualizado por muitos internautas desconhecidos.

Nessa situação em que pudemos pedir autorização para acompanhamento na pesquisa, foi dada a possibilidade de anonimato ou de uso de pseudônimo, ao qual apenas um dos praticantes optou, tendo os demais autorizado o uso do nome real e de possíveis imagens.

2.2 Pensando sobre anonimato e autoria do praticante

Vejam os dois exemplos, que podem ilustrar e auxiliar a pensar sobre essa questão ética do anonimato e/ou autoria. A página pública “Kitana Dreams” e o perfil pessoal da autora da página. É presumido que uma figura pública, com uma página pública e milhares de seguidores, queira ser vista. Já a sua página pessoal, com postagens privadas, compartilhadas apenas entre os amigos mais próximos, pressupõe o direito à privacidade.

Portanto, enviamos ao perfil pessoal da internauta uma solicitação para pesquisa em suas postagens. Entretanto, como não obtivemos qualquer tipo de resposta, optamos por não utilizar postagens marcadas como “visível apenas para amigos”, tidas como privadas, mesmo podendo se valer do anonimato da autora, e focamos nos compartilhamentos das postagens compartilhadas como “públicas”, cujos conteúdos eram importantes para os dados dessa pesquisa. Nesse caso, mantendo o anonimato da fonte.

Por mais difícil que tenha sido a decisão de identificar ou não um participante, optamos por selecionar caso a caso, em diferentes postagens, de diferentes fontes e tipos diferentes de preservação de identidade.

Para Lewis (2016), não há consenso sobre a identificação do pesquisador e a forma de solicitação para pesquisa netnográfica. De acordo com a autora, talvez o único consenso “seja que as decisões sobre a ética da pesquisa devem ser tomadas com base no contexto específico da pesquisa e dependem da sensibilidade do pesquisador ao campo pesquisado” (p. 109). A mesma autora menciona em sua tese os dilemas de se identificar como pesquisadora em um determinado grupo e acabar, por consequência, ‘espantando ou intimidando’ a participação livre dos integrantes do grupo analisado.

Esse dilema também se colocou para nós em nossas pesquisas, uma vez que alguns grupos de internautas surdos restringem a participação de pessoas ouvintes, mesmo que esses saibam LIBRAS. Se de um lado, como ouvintes, era preciso respeitar a cláusula de ingresso imposta pelo grupo, por outro lado, como pesquisadores, sentimo-nos tentados a ‘espionar’ os dados que eram ali produzidos, muito embora tenhamos resistido à tentação. Já em outros grupos, cuja participação de ouvintes era livre, transitamos abertamente entre as postagens, resguardando o direito de privacidade de cada membro do grupo. De que forma? Mantendo o anonimato dos participantes ali acompanhados.

Não há dúvidas de que se trata de uma linha ética muito tênue. Mas seguir rastros na Internet nos coloca esse limite, porque nem sempre é possível obter consentimento. E se estamos seguindo rastros de material disponibilizado publicamente na rede, pressupomos que seus autores tinham a pretensão de que suas postagens fossem vistas. A utilização das hashtags, por exemplo, é um indicativo importante de desejo de visibilidade.

Ao avistar postagens públicas, marcadas com hashtags, entendemos como intencional a localização daquele conteúdo. Mas, e quando a informação ali presente contém algo que pode expor demasiadamente, ou trazer complicações para o usuário? Ou, ainda, quando a informação é particular e pessoal, mas ainda assim o internauta compartilha para que seja visto publicamente e utilizando as hashtags?

Amaral (2010) ressalta a grande dificuldade que é lidar com o conceito de público e privado na Internet, no desenvolvimento de uma pesquisa netnográfica ética. Para a autora, os diferentes tipos de sensibilidade de cada pesquisador devem servir como linhas-mestras na condução das escolhas, cabendo à percepção (enquanto lugar de fala, identidade, cultura) definir se pode conceber aquele como um ‘material sensível’, desenhando assim as “possíveis opções éticas, tais como método de acesso, identificação do pesquisador, temáticas escolhidas, preservação dos nomes dos entrevistados, uso de pseudônimo ou identificação” (p. 132).

Para Elm, 2009, p. 75 (*apud* AMARAL, 2010, p. 132) a privacidade “é uma questão de cunho cultural e geracional, compreendida e valorizada, sob diferentes modos, em diferentes sociedades”. O autor estabelece, então, quatro tipos de privacidade:

- a) público – aberto e disponível para todos;
- 2) semipúblico – disponível a quase todos, requerendo ser membro e/ou ter cadastro;
- 3) semiprivado – requer pertencer à organização de forma mais profunda;
- 4) privado – indisponível e fechado.

Nessa perspectiva, procuramos respeitar os princípios da privacidade, da confidencialidade, a não apropriação de histórias pessoais sem consentimento explícito, e consentimento informado, nos casos em que foi possível.

Na existência de alguma dúvida quanto à possibilidade de determinada informação causar desconforto ou constrangimento ao participante da pesquisa, atual ou futuramente, optamos pelo anonimato, quando o material era de extrema relevância para a pesquisa.

Nos casos de materiais postados publicamente que trouxessem uma criação específica e valorosa do participante – como os desenhos feitos por surdos e disponibilizados no Instagram, por exemplo –, fizemos questão de revelar a autoria, como forma de dar visibilidade aos seus criadores.

Mas, em se tratando de uma análise subjetiva, baseada em opinião, como poderíamos confiar em nosso próprio julgamento sobre a pertinência, ou não, de se ocultar a autoria de determinado conteúdo? A resposta é simples: não podemos confiar. Trata-se apenas de uma escolha. Mais uma, entre tantas escolhas que fazemos ao desenvolver uma pesquisa.

Na medida em que entendemos que a subjetividade, a implicação e a inter-relação com os participantes das pesquisas são elementos fundamentais ao método e à análise, não há como nos mantermos neutros, com todas as vulnerabilidades que isso

possa acarretar. E como toda escolha, estamos sujeitos a falhas e arbitrariedades, embora pretendamos aplicá-la de maneira justa.

Desse modo, ao longo da tese desenvolvida, é possível identificar diversos tratamentos ao longo do texto, ora com a publicização dos participantes envolvidos, ora promovendo uma proteção da identidade de quem fala, ora utilizando um nome fictício, e assim por diante.

Como afirma Carvalho (2018, p.154)

A perspectiva ética com que operam as autoras é aquela concebida como uma postura reflexiva de cuidado com o outro, e, por conseguinte, a ética na pesquisa é entendida como a capacidade de avaliar situações ao longo de toda a investigação e tomar decisões que levem em conta os direitos, o bem-estar e as expectativas do participante da pesquisa. As autoras não desconhecem e tampouco desqualificam a perspectiva principialista da ética Biomédica, mas reconhecem os limites da pretensão de universalidade dos enquadramentos pré-determinados diante da variabilidade dos contextos culturais específicos onde as pesquisas são conduzidas.

A compreensão em nossos estudos é objetivo principal e é também posicionamento ético. Nos inspiramos em Morin (2011, p.86) que afirma: “a ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, em primeiro lugar, compreender de modo desinteressado”. Essa ética nos conduz a práticas para além da explicação, que por si só é insuficiente para a compreensão humana. Nesse sentido, concordamos com Macedo (2015, p.32 e 33) quando afirma que:

Compreender é muito mais que entender, é muito mais que um trabalho cognitivo e intelectual explicitado... compreender é apreender em conjunto, é criar relações, englobar, integrar, unir, combinar, conjugar e, com isso, qualificar a atitude atenta e de discernimento do que nos rodeia e de nós mesmos, para apreender o que entrelaça elementos no espaço-tempo... Desse modo, é um fenômeno hipercomplexo e denso de sentido existencial e político

Em outras palavras, o pesquisador, ao assumir um posicionamento metodológico e epistemológico, assume também uma postura política, reflexiva e, portanto, ética. O que é posto em prática é um saber implicado, que nega a neutralidade. Quando escrevemos e publicamos uma pesquisa em Informática na Educação implicada com questões éticas, expomos o que se diz sobre o mundo, o que se diz sobre as pessoas e o que dizemos de nós mesmos ao narrarmos o processo de desenvolvimento do estudo. Eis então mais um motivo que ampara a luta por um sistema de revisão ética fora da área específica da saúde.

Recorremos às ideias de Spink et.al. (2014) sobre a ética como um processo

relacional, em que o caminho da pesquisa é socialmente “construído, negociado, (re)significado por diferentes vozes” (p.43). Nestes termos, assumimos que o ato responsável e responsivo de escrever e publicar é do pesquisador, mas a autoria dos conhecimentos é descentralizada e se faz em colaboração com os participantes.

Sugestão de Leitura e Debate

Vamos refletir sobre as atuais normas éticas de pesquisa? Conheça a RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016, que fala sobre os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html) e a RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012, que apresenta os princípios éticos das pesquisas com seres humanos com influência da ética Médica (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html).

3 Rastros, produção de dados e imagens

Outro ponto central que se coloca ao pesquisador de Informática na Educação, além da problemática até aqui apresentada, é a utilização de imagens – sejam estáticas ou móveis – que circulam pela internet. GIFs, memes, vídeos, prints de tela, podem ser utilizados na pesquisa? De que modo?

Ao flunar nas redes sociais procurando as noções que emergem da realidade estudada, sentimo-nos, por vezes, como um explorador que sai passeando num bosque, com suas lupas, binóculos e uma câmera fotográfica, à procura de pássaros, insetos e borboletas, desfrutando de suas belezas, do ambiente e captando imagens inesquecíveis.

Nessa busca em que o saber se constitui como movimento interpretativo do real, alimentando a capacidade criadora do pesquisador, que sai a procura das nuances da realidade que se investiga (SANTOS, 2005, p. 78), nos aponta Pais (2003):

Etimologicamente, método significa caminho e, como o caminho se faz ao andar, o método que deve nos orientar é esse mesmo: o de trotar a realidade, passear por ela em deambulações vadias, indiciando-a de uma forma bisbilhoteira, testando ver o que nela se passa mesmo quando “nada se passa”. Nesse vadiar sociológico, como se adivinha, importa fazer da sociologia do cotidiano uma viagem e não um porto (p.113).

Nesse movimento de interação e recursividade, o método se abre à imprevisibilidade e à experiência do acontecimento, cuja compreensão só é possível se nos deixamos interpelar por ele e sua força criadora, afirma Macedo (2016). Na medida em que admitimos que o método, “alimentado de ‘estratégia, iniciativa e arte’, estabelece uma relação com a teoria, capaz de propiciar a ambos, regenerarem-se,

mutuamente pela organização de dados e informações”, como assevera Morin (1996, p. 335), estamos convencidos de que dispositivos metodológicos, assim orientados, permitem que acolhamos e compreendamos o acontecimento como um evento estruturante de realidades.

Mas em que medida a temática da busca metodológica se relaciona com a questão ética com imagens? Bem, a experiência direta da observação, para melhor compreender como o acontecimento se institui, permeia todo o processo de investigação, juntamente com outros dispositivos processuais. Nessa ótica, observar atentamente como isso acontece, em fluxo, implica compreender pontos de vista, contextualizar, historicizar, escutar sensivelmente os participantes em suas ações, como cronistas cotidianos em suas relações com os saberes ditos formativos, fundamental para exercitar uma hermenêutica refinada. Da mesma forma, pensar a imagem como acontecimento é admitir seu movimento, a liberdade criativa, novas dimensões de uma existência reflexiva.

Porque a imagem é outra coisa que um simples corte praticado no mundo dos aspectos visíveis. É uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos, entre eles – que, como arte da memória, não pode aglutinar. É cinza mesclada de vários braseiros, mais ou menos ardentes (DIDI-HUBERMAN, 2012).

Em tempos de cibercultura, imagem é mais do que estética. Imagem é narrativa, é processo, é relato, é provocação. O uso das imagens em pesquisa no contexto da educação e cibercultura, nos permite notá-la como linguagem que expressa conhecimentos, dada a possibilidade de articulá-la a outras linguagens, sem que se considere uma superior à outra, tendo clareza de que esse dispositivo não substitui a comunicação verbal e a interação; convive com elas, complementando-as, e transformando o próprio espaço em linguagem. Razão pela qual “a imagem é densamente acontecimental. Sua captura é heurísticamente fecunda”, como enfatiza Macedo (2016, p. 101).

Os rastros imagéticos acompanhados nas redes sociais da internet, podem ser entendidos a partir do conceito talhado por Latour (2007), sob o qual Bruno (2012) explica que rastros digitais são vestígios das ações efetuadas pelos indivíduos no ciberespaço, que permitem ao pesquisador localizar, descrever e retrair mais facilmente as interações sociais.

[...] pegadas que deixamos nas redes de comunicação distribuída, especialmente na Internet, onde toda ação deixa um rastro potencialmente recuperável, constituindo um vasto, dinâmico e polifônico arquivo de nossas ações, escolhas, interesses, hábitos, opiniões, etc. (BRUNO, 2012, p. 684).

De acordo com a autora, os rastros digitais são marcados por quatro características principais, que envolvem a existência dos dados:

- a) toda comunicação deixa rastro;
- b) a natureza ‘padrão’ da existência do dado (para deixar de existir é preciso uma ação deliberada);
- c) a potencial persistência e fácil recuperação dos dados, que se dá principalmente pela possibilidade de acompanhamento em tempo real da produção desses rastros; e
- d) a multiforme topologia e visibilidade dos rastros digitais, que podem ser diferentes e, mais ou menos visíveis, mas estão lá.

Esses rastros digitais podem ser de primeira, segunda, terceira ou quarta ordem, sendo gerados por ações intencionais, ou virem ocultos, por exemplo, em aplicativos que utilizamos e que coletam nossas informações para bancos de dados comerciais. “Daí deriva uma extrema ambiguidade quanto aos aspectos voluntários e involuntários do rastro digital. Quanto mais se deseja inscrever presenças na rede, mais rastros involuntários são deixados” (BRUNO, 2012, p. 689).

Desse modo, além dos rastros deixados, intencionalmente, fotos, postagens, comentários, curtidas, cada busca, clique em links, downloads, entre outros, deixam as pegadas na rede mundial de computadores. Ainda que algumas ações possam ser tomadas para dificultar o rastreamento desses dados, eles existirão e serão passíveis de recuperação na maior parte das vezes, mesmo que o usuário não queira. Nas palavras da autora: “O ato comunicacional ganha uma peculiaridade na Internet. Não apenas acessamos, trocamos, produzimos conteúdos e informações diversas, mas deixamos um rastro dessa comunicação (...) não se pode não deixar rastros. Comunicar é deixar rastro” (Idem, p. 687).

São esses rastros não intencionais deixados na rede que muitas vezes são utilizados pela polícia na procura de criminosos, ou valem muito dinheiro como informação para a indústria comercial, por exemplo.

No entanto, não são os rastros invisíveis que interessam à nossa pesquisa, mas aqueles que, clara e intencionalmente, foram deixados pelos praticantes em suas interações nas redes sociais. Por isso, procuramos principalmente por palavras-chave e hashtags, que declarassem abertamente a intenção comunicativa dos interagentes em determinados espaços/tempos ciber culturais.

Nesse processo, contamos com um importante aliado para termos acesso a esse imenso repertório de interações humanas: as ferramentas de busca online. A utilização dos buscadores de pesquisa próprios de cada rede social permitiu o acompanhamento de diversas postagens entre os milhões de usuários do Instagram, por exemplo, ou os inúmeros canais no YouTube, bem como os grupos e páginas do Facebook.

As hashtags funcionam como etiquetas que identificam e relacionam as imagens, gerando uma rede de interação dinâmica entre os conteúdos e os usuários da rede. Para nós, importa o modo como as imagens estão categorizadas, pois demonstram os sentidos atribuídos a elas pelos próprios usuários que as compartilham.

Em outras palavras, não importa o julgamento de valor que tenhamos em relação a uma imagem ou vídeo, mas o que o veiculador do material identificou como sendo representativo de uma determinada classificação – no caso da tese aqui utilizada como exemplo, a surdez. As hashtags, portanto, informam-nos “sobre o estatuto e a compreensão possível para as coisas que ali se apresentam” (LIMEIRA; ARAÚJO, 2016, p.8).

Independentemente do teor utilizado, a hashtag tem o objetivo implícito de ser vista. É a forma como um indivíduo ou coletivo se une tematicamente na rede. Por esse motivo, acreditamos ser uma ótima opção de busca em nossas pesquisas. Uma vez que as pessoas estão postando sobre a surdez, e querem ser vistas/ouvidas/percebidas, eu quero encontrá-las!

E aqui cabe, novamente, a reflexão ética apontada sobre as postagens textuais: é preciso refletir se, e como, essas imagens podem compor sua pesquisa, preservando os valores éticos.

Na tese citada, foram várias hashtags que pesquisamos, entre elas, destacam-se: #surdo, #surdez, #culturasurda, #LIBRAS, #orgulhosurdo, #signlanguage, #deaf, #deafculture, #deafworld e #deaflanguage. Utilizamos alguns termos de busca em inglês, porque a possibilidade corrente dessa língua amplia o alcance das postagens. Geralmente os usuários de diversos países utilizam o termo em inglês juntamente com seu idioma nativo. Por exemplo, o perfil @maxim_deaf é de um surdo russo. Ao utilizar tags e legendas em inglês, ele permite universalizar o acesso das suas postagens, fazendo-se ‘localizável’ por mais usuários.

Além de seguirmos os rastros públicos deixados pelas tags e por palavras-chave, também fizemos um acompanhamento mais próximo dos comentários e postagens dos praticantes, seguindo suas produções e narrativas cotidianas, independentemente do assunto que continham. Essa forma de acompanhamento foi importante para termos uma visão mais geral do cotidiano surdo na rede, dado que, se eu busco por determinada tag, os resultados gerados serão todos referentes àquele tema. Mas se os surdos fizessem postagens sobre política ou culinária, por exemplo, sem, contudo, utilizar tags, seria impossível conhecer esse material, buscando apenas pelas etiquetas.

À procura dos modos como os praticantes da Cibercultura narram a vida, exercitamos o flunar científico, ao adentrar o mundo virtual, imersos na rede, na qual encontramos inúmeras outras experiências, outros olhares, outras reflexões, outras virtualizações e realidades (PRETTO; RICCIO, 2010, p. 165). Segundo esses autores, essa possibilidade de contato com tantas vozes fortalece os processos de aprendizagem e de formação, sendo “potencializadora do pensamento e da autonomia”, por permitir pontos de vista além dos massificados pelas mídias tradicionais, oferecendo uma rica “diversidade de ideais, pensamentos, falas, olhares e reflexões” (PRETTO; RICCIO, 2010, p. 165).

As redes sociais da Internet podem constituir, portanto, uma “ambiência rica em possibilidade de diálogo com o conhecimento instituído, de construção de novos conhecimentos e culturas e de ampliação de visão de mundo de todos os partícipes desses processos” (PRETTO; RICCIO, 2010, p. 6), o que nos dá a tranquilidade de termos como campo de pesquisa um espaço formativo e formador.

4 Além disso...

Finalizando este texto, mas sem encerrar o assunto, procuramos apresentar aqui algumas reflexões e inquietações que nos despertaram ao longo da pesquisa na interseção em Informática, Educação e Cibercultura. O constante diálogo formativo ao que o pesquisador é submetido, deve estar embasado e permeado pelos compromissos éticos.

A importância dessa tríade – formação, ética e pesquisa – e a complexidade que se apresenta ao pesquisador também podem ser percebidas na reflexão da/na prática cotidiana – seja presencialmente numa sala de aula, por exemplo, ou virtualmente nas redes sociais – entre pesquisador e participantes da pesquisa, entre pesquisador e teoria, entre participantes-teorias-práticas, e assim sucessivamente, num emaranhado de infinitas combinações e possibilidades, nas quais as redes de conhecimento se entrelaçam, e perdemos nossos papéis hierárquicos e lineares (os quais efetivamente nunca tivemos), dando espaço a uma complexa teia de formação e pesquisa.

O pesquisador vai, desse modo, se formando – e se percebendo como formador e em formação – ao mesmo tempo em que se entrelaça à rede de produção de conhecimentos.

É de central importância compreender que qualquer pesquisa só ‘funciona’ enquanto transformadora da realidade, compreendida não como uma realidade única e verdadeira, muito menos como a totalidade das realidades existentes, mas apenas como uma realidade pontual, transitória e complexa do conhecimento que almejamos tentar conhecer – quando os agentes cotidianos envolvidos participam dessa transformação, transformando e sendo transformados, aos quais se inclui também o próprio pesquisador.

Cientes dessa incompletude e transitoriedade, é que nos colocamos, não como quem pretende traçar respostas sobre o tema aqui abordado, mas como quem compartilha algumas das migalhas encontradas pelo caminho. Esse esforço interpretativo, reiteramos, é uma escolha, assim como tantas outras ações na/da pesquisa, pois não se constitui, nem se pretende constituir, uma realidade ou totalidade do vivido.

A ‘realidade’, aqui entendida como um “pensamento pensado”, consiste nessa construção reflexiva, interpretativa, experienciada, sentida, fluida e em permanente modificação. Por isso tudo, ela é sujeita também a falhas, faltas e parcialidades.

Como pretendemos solucionar esse dilema? Não pretendemos. Já tomamos como premissa a incompletude de nosso texto, de nossa pesquisa. E estaremos, então, tranquilos quanto aos recortes feitos por nós, que podem (e são) limitados e limitadores?

É certo que não! Que movimentos, então, um pesquisador deve fazer para captar a realidade da vida cotidiana da população que consome e, sobretudo, cria e produz conteúdos pelo digital em rede? Olhar atento, escuta sensível e estar no lugar de eterno aprendiz, acreditamos que o caminho seja nesse sentido.

5 Exemplo ilustrativo

Em 2018, quando desenvolvia sua pesquisa de doutorado, Rachel – uma das autoras apresentadas no *Era uma Vez* deste capítulo – deparou-se com as questões éticas aqui levantadas.

Tendo como ambiente de pesquisa as redes sociais da internet e os materiais visuais produzidos nesses contextos, a aplicação das questões propostas aconteceu em cada etapa, da captação dos dados à análise do material encontrado, sobretudo na escrita do texto final que seria publicado. A fim de ilustrar duas opções distintas quanto a questão da autoria e/ou anonimato do dado coletado, abordamos as seguintes situações:

Situação 1: Foram entrevistados 6 indivíduos, todos receberiam o termo de consentimento livre e esclarecido para participação na pesquisa e responderiam a questões que fariam parte do texto final da tese. Sobre a definição de publicar a resposta de maneira anônima ou autoral, qual poderia ser a opção do autor da tese nessa situação?

Situação 2: Foram encontradas 2 imagens relevantes para a temática da pesquisa. Ambas na rede social Instagram, postadas por internautas estrangeiros, com visualização pública e utilizando *tags* na legenda. Sobre a opção de utilizar a imagem referenciando a fonte ou mantendo o anonimato, qual poderia ser a opção da pesquisadora?

Tendo como premissa de que não há uma resposta única e definitiva em situações semelhantes, no caso do exemplo em questão a opção da autora foi utilizar as imagens, mantendo a referência e indicação dos autores das postagens da situação 2. Na situação 1, considerando a utilização do termo de consentimento, optou-se por consultar os participantes da pesquisa sobre como estes gostariam de aparecer no texto. 5 respondentes quiseram manter a utilização de sua imagem e nome real, tendo apenas 1 participante solicitado o anonimato na resposta.

6 Resumo

Neste capítulo, apresentamos algumas reflexões e desafios éticos que desafiam as pesquisas em Informática na Educação, sobretudo no contexto da Cibercultura. Abordando conceitos como o público e o privado nas redes sociais da internet, bem como as noções de anonimato e autoria em pesquisa. Procuramos discorrer sobre os caminhos que escolhemos trilhar em nossas pesquisas, não no intuito de propor um caminho único para se pensar a ética em pesquisa em Informática na Educação, pelo contrário, destacando as incoerências e multiplicidade de fatores envolvidos.

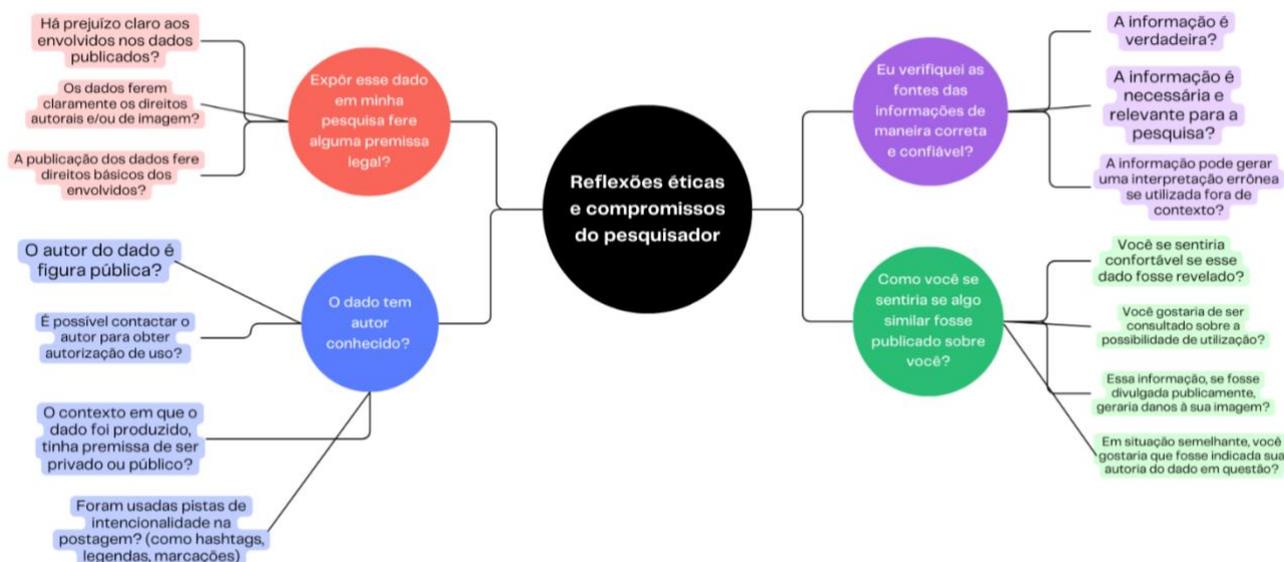


Figura 1: Mapa mental do conteúdo abordado nesse capítulo

7 Leituras recomendadas

- **ÉTICA, AUTONOMIA E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: questionamentos à regulação brasileira da conduta dos pesquisadores** (SAVI NETO et al., 2020). Nesse artigo são apresentados dados importantes sobre a problemática da regulação ética das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Ao dialogarem com as vertentes das áreas da saúde, os autores expõem o abismo entre o que dita a regulação atual e as reais demandas do fazer pesquisa com humanos, nas Ciências Humanas e Sociais.

- **A ÉTICA COMO UMA CIÊNCIA INEXATA: As ambições de Aristóteles para a teoria moral** (IRWIN, 1996). Sempre atual, esse artigo analisa profundamente algumas das questões e dilemas que envolvem a humanidade há séculos. Ética, moral e legalidade, são conceitos que se atravessam nas mais diversas áreas da vida em diferentes épocas e sociedades. E, por mais que tentemos, estaremos sempre diante do inacabado, incompleto e desafiador dilema que se apresenta sempre com uma nova roupagem.

- **Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas** (AMARAL, 2010). O artigo discute a problemática da pesquisa de abordagem etnográfica e da pesquisa qualitativa sobre Cibercultura. Sua ênfase é nos estudos das culturas, práticas comunicacionais, bem como as relações sociais emergentes nesse contexto contemporâneo. Acreditamos que esse texto enriquecerá sobremaneira os seus estudos sobre o fazer pesquisa na Cibercultura.

8 Artigos exemplos

- **“Sou ekedi Lara de Oxóssi. Meu nome sou eu e Oxóssi. Não coloca meu nome sozinho não”**: Notas sobre fotografia e ética nas pesquisas com crianças (CAPUTO; SANT’ANNA, 2020). Nesse artigo, os autores apresentam importantes considerações sobre o uso das imagens em suas pesquisas, e a relação ética que estabelecem com os participantes da pesquisa e os dados produzidos. Por isso, esse pode ser um texto interessante para inspirar suas reflexões sobre o tema.
- **FOTOGRAFIA E OUTROS DESAFIOS DIGITAIS NAS PESQUISAS COM CRIANÇAS** (CAPUTO, 2020). Nesse artigo, são apresentadas algumas possibilidades de usos de fotografia, aplicativos digitais móveis e diários online em pesquisa. Seus apontamentos trazem importantes contribuições para pesquisadores envolvidos na etnografia com fotografia e constitui uma base teórica importante nessa temática.
- **POR UMA ÉTICA DA RESPONSABILIDADE: exposição de princípios para a pesquisa com crianças** (PEREIRA, 2015). Embora a autora ambiente sua pesquisa em um contexto que não envolve as redes sociais da internet, o texto traz uma importante problematização sobre a ética na pesquisa com crianças, abordando conceitos como anonimato, autoria, consentimento, dentre outros importantes aspectos para a conduta ética do pesquisador.

9 Checklist

A enorme diversidade presente nas pesquisas, a complexidade dos contextos que envolvem as relações entre seres humanos, os limites da nossa capacidade de reconhecer ou gerenciar problemas e possíveis conflitos, toda essa dinâmica torna praticamente inviável estabelecer uma lista de regras, ou passos, a serem seguidos para uma análise ética envolvendo pesquisas com pessoas, no contexto da Informática, Educação e Cibercultura. Assim, os passos listados a seguir procuram apenas contribuir com sugestões para um percurso de aplicação dos itens abordados neste texto. Não tendo pretensão (nem possibilidade) de esgotar o assunto, acreditamos que, para realizar a análise dos aspectos éticos envolvendo sua pesquisa, você deverá:

- Verificar as exigências apresentadas pelo seu programa de pesquisa (A instituição a que você está vinculado solicita submissão do projeto/texto ao comitê de ética? Cadastro na Plataforma Brasil? Há dispensa institucional de algum desses passos?)
- Conferir se a utilização dos dados fere claramente algum aspecto legal (É importante revisar orientações sobre propriedade intelectual e direito de imagem, por exemplo, priorizando utilização de materiais abertos para uso)
- Verificar a possibilidade de solicitar autorização para pesquisa e estabelecimento do termo de consentimento em pesquisa (Como abordamos

aqui, nem sempre será possível o contato com o autor de determinado conteúdo que se pretenda utilizar, é importante verificar os caminhos possíveis para obter esse consentimento)

- Sendo possível identificar o autor e obter consentimento, consultar o mesmo sobre sua preferência pelo anonimato e/ou autoria do conteúdo (Lembre-se, sendo possível esse contato, é fundamental permitir essa escolha, como uma forma de valorização do seu interlocutor e personagem conceitual da pesquisa)
- Não sendo possível identificar a autoria de um conteúdo (ou na inviabilidade de contato), exercitar a empatia procurando pensar nas possíveis implicações que a divulgação daquele dado poderia acarretar para o indivíduo em questão (Em caso de dúvida, optar pelo anonimato talvez seja o melhor caminho)
- Uma vez estabelecidos os itens anteriores, lembrar de procurar abarcar de maneira mais completa possível (ou, pelo menos, mantendo a transparência da incompletude daquela informação), diferentes pontos de vista que envolvam o acontecimento (na tentativa de fugir dos “perigos de uma história única”, como mencionado anteriormente).

10 Referências

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALVES, N. Decifrando o pergaminho: os cotidianos das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: Oliveira, Inês. B.; Alves, Nilda (Orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. Petrópolis: DP et Alii, 2008, p. 15-38.
- _____. A narrativa como método na história do cotidiano escolar. **I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: SBHE, 2000. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/122_nilda.pdf. Acesso em: 08 mai. 2020.
- _____. Apresentação da série Cotidianos, imagens e narrativas. **Salto para o Futuro**, jun. 2009, Ano XIX nº 8, p. 5-17, Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012186.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- _____. A compreensão de políticas nas pesquisas com os cotidianos: para além dos processos de regulação. **Educação & Sociedade**. Campinas, out.- dez. 2010, [s.l.], v. 31, nº 113, p. 1195- 1212. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400008. Acesso em: 29 mar. 2020.
- _____; GARCIA, R L. A necessidade da orientação coletiva nos estudos sobre cotidiano: duas experiências. In: Bianchetti, L.; Machado, Ana Maria N. (Orgs.). **A bússola o**

- escrever**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 2002, p. 255-296.
- ____; OLIVEIRA, Inês B. de (Orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**. 3ª Ed., Petrópolis: DP, 2008.
- AMARAL, A. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, [s.l.], n. 86, p.122-135, 1 ago. 2010, [s.l.], n. 86, p.122-135, 1. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13818>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista Famecos – mídias, cultura e tecnologia/PUCRS**. Comunicação Cibernética. Porto Alegre, 2008, nº 35.
- BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Famecos**. Set./dez. 2012, v. 19, nº 3, p. 681-704. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893/601>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- CAPUTO, S. G. Fotografia e outros desafios digitais nas pesquisas com crianças. **Interfaces Científicas - Educação**, 8(3), 83–98, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7788>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ____; SANT’ANNA, C. “Sou ekedi Lara de Oxóssi. Meu nome sou eu e Oxóssi. Não coloca meu nome sozinho não”: Notas sobre fotografia e ética nas pesquisas com crianças. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 307–326, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/11381>. Acesso em: 18 set. 2020.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Ética e pesquisa em Educação: o necessário diálogo internacional. **Praxis Educativa**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 154-163, 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.13i1.0009> . Acesso em: 02 fev. 2020.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves 16ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. Trad. de Patrícia Carmello e Vera Casa Nova. 2012. Disponível em: http://www.macba.es/uploads/20080408/Georges_Didi_Huberman_Cuando_las_imagenes_tocan_lo_real.pdf. Acesso em: 22 mai. 2020.
- FERRAÇO, Carlos Eduardo. Pesquisa com o cotidiano. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, jan./abr. 2007, v. 28, n. 98, p. 73-95. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n98/a05v2898.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2020.
- FIorentini, D.; LOrenzato, S. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- IRWIN, T. A ética como uma ciência inexata. **Analytica**, 1 (3), 1996, p. 13-73. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/391>. Acesso em 29 mai. 2020.

- LEWIS, E. S. **Acho que isso foi bastante macho pra ela**: reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de pegging. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2016. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=27944@1. Acesso 11 mai. 2020.
- LIMEIRA, V; ARAUJO, A. A visibilidade e a mediação do lazer a partir do uso da hashtag #lazer em imagens no Instagram. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Comunicação e Educação**: caminhos integrados para um mundo em transformação. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0146-1.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.
- MACEDO, R. S. **Pesquisar a experiência compreender/mediar saberes experienciais**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2015.
- _____. **A pesquisa e o acontecimento compreender situações, experiências e saberes**. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.
- _____. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- PAIS, J. M. **Vida cotidiana** – enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEREIRA, R. M. R. Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças. **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2015.
- PRETTO, N. L.; RICCIO, N. C. R. A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. **Educar em Revista**, maio 2010, [s.l.], n. 37, p.153-169. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602010000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2020.
- SANTOS, E. **Educação online**: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente, 2005, 351p. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- _____. **Pesquisa-formação na cibercultura** – Teresina: EDUFPI, 2019. Disponível em: <http://www.edmeasantos.pro.br/assets/livros/Livro%20PESQUISA-FORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20CIBERCULTURA-E-BOOK.pdf>. Acesso em 5 dez 2020.
- SAVI NETO, P.; FARE, M. D. L.; SILVA, D. S. DA. Ética, autonomia e pesquisa em educação: questionamentos à regulação brasileira da conduta dos pesquisadores. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250013, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/sZ5dWM4ZckfskkPrbcvq53N/#>. Acesso em 20 jul 2020.
- SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro:

Contraponto, 2016.

SPINK, et. Al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social:** compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014, p. 97-122. (Publicação Virtual).

SUSSEKIND, M L; FERRAÇO, C E.; GOMES, M A O. Por que um dossiê que potencialize as práticas curriculares cotidianas? **Revista espaço do currículo:** políticas em currículo: cotidianos, desafios, resistências e invenções. Paraíba, maio 2016, v. 9, nº 2, p. 175-183. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/30567/16112>. Acesso em: 29 mar. 2020.

11 Exercícios

- 1) Após a leitura desse texto, converse com seu grupo de pesquisa sobre suas impressões e reflexões quanto aos aspectos éticos que envolvem as pesquisas de Informática na Educação. Pode ser enriquecedor apresentar aos colegas os pontos que concordam ou discordam do texto aqui apresentando, provocando a grupo a pensar em conjunto.
- 2) Agora vamos colocar a “mão na massa”! Para essa atividade, escolha uma publicação disponível na internet (pode ser meme, vídeo, GIF, comentários em redes sociais, fotos, o que sua imaginação mandar). Salve o arquivo (ou imprima) e disponibilize para os colegas de seu grupo de pesquisa. Uma vez feita essa distribuição, você aplicará os questionamentos levantados ao longo do texto (e sintetizados no mapa mental disponível no tópico resumo) para decidir se faria a utilização daquele dado em sua pesquisa e de que modo faria isso. Observe que você não analisará o conteúdo que você mesmo escolheu, certo? A ideia é trocar com os colegas, para o exercício ficar mais interessante. Depois, debata a conclusão que você chegou e os motivos.
- 3) Resgate em sua memória algum acontecimento que tenha sido marcante e ganhado repercussão nas redes sociais da internet (pode ser um meme, notícia, vídeo etc.). Procure revisitar a história do “antes e depois” do conteúdo se tornar viral e tente responder as seguintes perguntas: a) em que contexto o material surgiu? b) a pessoa exposta tinha a intenção de viralizar? c) a exposição foi positiva ou negativa para aquela pessoa, naquele contexto? d) há relatos sobre como a pessoa se sentiu após a repercussão do fato? e) se você estivesse no lugar daquela pessoa, como você acha que se sentiria com o acontecido? Debata com seus colegas as respostas e informações levantadas.

Sobre as autoras



Rachel Capucho Colacique

<http://lattes.cnpq.br/8690843917872680>

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rachel é professora adjunta do Departamento de Didática da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando também como coordenadora no Curso de Graduação em Pedagogia a Distância, no âmbito do Consórcio CEDERJ-UNIRIO. É membro do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura - GPDOC/UERJ.



Joelma Fabiane Ferreira Almeida

<http://lattes.cnpq.br/2031704433559510>

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do RJ, na linha Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais. Tem experiência na área de Ciência da Computação, atuando nos seguintes temas: Análise de Sistemas, Sociedade e Informática, Informática e Empreendedorismo e Metodologia da pesquisa. Joelma é professora Efetiva de Informática Educativa no Colégio Pedro II, RJ. Membro do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura - GPDOC – UERJ.